



WORM

BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 129 - Abril 2008

NOSSA OPINIÃO

- Um Conto de Duas Convenções

FOCO NA BIODIVERSIDADE

- Uma reclamação à COP9: biodiversidade com as pessoas e para as pessoas

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Equador: anistia visibiliza a criminalização injusta a defensores da natureza
- Gana: companhia de biocombustível norueguesa destruiu floresta local para estabelecer uma grande plantação de jatrofa
- Indonésia: destruição de florestas pelas plantações de madeira para celulose e dendezeiros impele a mudança climática
- Peru: governo tenta privatizar a Amazônia para o estabelecimento de plantações de árvores
- Biocombustíveis de segunda geração destruirão ecossistemas e agravarão a crise alimentar

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- O Brasil da Stora Enso: violência contra as mulheres e legislação à sua medida
- Colômbia: greve de trabalhadores nas plantações de dendê em Wilches
- Equador: impactos sociais e ambientais do dendezeiro
- Malásia: sérios efeitos dos pesticidas na saúde dos trabalhadores das plantações de dendezeiros

COMÉRCIO DE CARBONO

- (Des)Compensando a democracia

NOSSA OPINIÃO

- Um Conto de Duas Convenções

Era uma vez ... os governos do mundo que se reuniram e concordaram que a Terra enfrentava sérios problemas ambientais e que alguma coisa devia ser feita a respeito disso. O evento histórico se chamou a Cúpula da Terra e aconteceu em 1992, no cenário tropical do Rio de Janeiro.

Todas as pessoas se sentiam muito entusiasmadas porque os governos se tinham comprometido com um novo tipo de desenvolvimento –que definiam como "sustentável"- que evitaria os impactos ambientais negativos do modelo de desenvolvimento prevalecente até esse momento.

As pessoas viraram até mais esperançadas pelo futuro quando lhes disseram que a partir desse momento os governos garantiriam que todos os tipos de produção seriam socialmente equitativos e amigáveis com o meio ambiente.

Como prova da seriedade dos compromissos dos governos, combinou-se uma Convenção para a Proteção da Biodiversidade (CBD) bem como uma para a prevenção da mudança climática (UNFCCC).

No entanto, as duas convenções foram logo raptadas pelo ogro presente na maioria dos contos. O que é ainda pior, esta história em particular tinha um grande número de ogros extremamente desagradáveis que estavam interessados apenas em devorar todos os recursos da Terra. A única sustentabilidade na que estavam interessados era o fluxo de dinheiro para seus bolsos.

Como todos sabemos, este é –lamentavelmente- um conto verdadeiro sobre a tomada de controle das duas convenções pelas corporações transnacionais. Em decorrência disso, em vez de proteger a biodiversidade a CBD tem aberto espaços para o controle das corporações sobre a riqueza biológica da Terra –incluindo manipulação genética de formas de vida. Em vez de trabalhar para evitar a mudança climática, a UNFCCC tem ajudado a criar um mercado do carbono inútil –em termos de clima- mas extremamente rentável para o benefício das mesmas corporações que estão destruindo o clima.

Essas corporações têm sido tão bem sucedidas que 16 anos depois de que as duas convenções foram aprovadas, a biodiversidade continua desaparecendo em florestas, pradarias e zonas úmidas, enquanto a mudança climática continua aumentando. O que é ainda pior, as duas convenções têm virado ferramentas úteis para os lucros empresariais em indústrias como a biotecnologia, o agronegócio, a hidroenergia, a energia nuclear e outras, enquanto permitem que os piores criminosos da biodiversidade e do clima –liderados pela indústria do petróleo- continuem seus negócios como sempre.

Para fazer com que as duas convenções cumpram seu mandato original –conservar a biodiversidade e evitar a mudança climática- é portanto necessário remover a influência dos seqüestradores dos dois processos e desenvolver pressão da sociedade civil organizada para exigir aos governos que mudem o rumo.

A história ainda está desenredando-se. As duas convenções se reunirão neste ano: a CBD em maio e a UNFCCC em dezembro. Um final feliz é ainda possível, mas o resultado dependerá da capacidade da sociedade civil de contrarrestar a influência corporativa e colocar as necessidades das pessoas nas agendas das convenções.

início

FOCO NA BIODIVERSIDADE

- Uma reclamação à COP9: biodiversidade com as pessoas e para as pessoas

Hoje o mundo --o mundo das pessoas-- assiste desvalido a uma crise mundial pela alta excessiva dos preços dos alimentos que, como todos os desastres, afeta mais gravemente os setores mais vulneráveis, as economias mais dependentes, os países mais empobrecidos.

Foram apontados múltiplos fatores que coadjuvam essa crise: o aumento do preço dos fertilizantes, intensas secas em regiões-chaves, aumento da demanda de países que com economias em expansão – como a Índia e a China. E principalmente porque as terras agrícolas cada vez mais são destinadas à produção de agrocombustíveis. De fato, da produção mundial de grãos, menos da metade é voltada para o consumo humano; a outra parte é destinada à alimentação animal e cada vez mais à produção de combustível.

A economia global dominante vem desmanchando os sistemas alimentares nacionais e faz com que as culturas para alimento deixem de estar a serviço das pessoas, e da mesma forma a natureza toda. Em uma patética paródia do rei Midas, o predominante modelo neoliberal e globalizador transforma tudo o que toca em mercadoria, negócio,

especulação e lucro. Para isso, teve que desviar o caráter diverso da natureza, patrocinando todos os tipos de monoculturas possíveis: as agrícolas, as florestais, as mentais. E contou com algumas ferramentas: o modelo agrícola industrial e exportador da "Revolução Verde" iniciado na década de 1960 e a liberalização do comércio através das "receitas" e políticas impostas pelo Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do Comércio e recentemente os Tratados Bilaterais de Livre Comércio.

Os ambientes tecnocráticos, onde costumam ser definidos os destinos das pessoas, também reproduzem o modelo e perdem todo contato com a realidade. Um exemplo é a FAO, que com sua definição das plantações industriais de monoculturas de árvores como "florestas"- que é tomada pela Convenção sobre Diversidade Biológica- ignora por completo o conceito de ecossistema. As populações locais que têm sofrido os impactos das plantações, pelo contrário, percebem claramente a diferença revelada nas diversas definições que as recebem as plantações em diferentes partes do mundo, de acordo com a experiência que tiveram com elas.

Em um país como a Tailândia, onde a agricultura é uma atividade de vital importância para a população camponesa, o eucalipto é definido como a "árvore egoísta", porque não só não permite que as culturas se desenvolvam sob as árvores, mas também se apropria da água necessária para a cultura do arroz.

No Chile, as grandes plantações de pinheiros foram instaladas em território Mapuche durante a ditadura de Pinochet. Não é de surpreender, portanto, que sejam definidas como "milicos plantados", porque são verdes, estão enfileiradas e avançam!

No Vale do Cauca na Colômbia, a população local chama as plantações de pinheiros de "florestas do silêncio", devido a que as plantações estão desprovidas de toda forma de vida além das árvores. O silêncio, portanto, é total.

No Brasil, as pessoas denominam as plantações de eucaliptos de "desertos verdes" e de igual forma acontece na África do Sul, tanto com eucaliptos quanto com pinheiros. Contudo, no país africano a definição tem sido questionada com o argumento de que em poucos metros quadrados de deserto há mais vida do que em uma plantação inteira!

Por outro lado, também na África do Sul há pessoas que preferem definir as plantações como "câncer verde", expressão que reflete o avanço irrefreável das plantações, que vão destruindo a água, o solo, a flora, a fauna e os meios de vida das pessoas, eventualmente matando tudo... tal como o câncer faz.

No estado de Sarawak na Malásia, a população local afirma que as plantações de eucaliptos e dendezeiros são muito piores que a extração industrial de madeira. O argumento é que as empresas madeireiras entram na floresta, cortam as melhores árvores e vão embora levando a madeira. As empresas plantadoras, entretanto, cortam as melhores árvores, queimam o restante, plantam suas árvores e ficam no local!

No Equador, há comunidades que, não por acaso, chamam de "eucas" os eucaliptos. O motivo é bem simples: "eucalitos" contém o diminutivo "ito", que denota simpatia, que estas árvores não merecem por ser tão perversas.

Um último exemplo, que de certa forma resume todas as definições anteriores, provém do estado de Espírito Santo no Brasil, onde as plantações de eucaliptos foram definidas como "florestas mortas, que matam tudo".

Todas essas definições refletem o fato de as comunidades rurais saberem muito bem o que significa a biodiversidade, já que ela tem sido sustento de suas formas de vida: desde a diversidade agrícola, entesourada e transmitida milenarmente, até as florestas, que têm sido outro espaço de soberania alimentar para aqueles que nelas vivem e delas dependem.

As monoculturas arrasam não só com a diversidade das sementes locais, mas também com o conhecimento que as acompanha, a identidade cultural que procriou, a soberania alimentar que garantiu. Os donos das monoculturas -

cada vez mais as grandes transnacionais do agronegócio- tomam posse da terra, das sementes, e do destino dos alimentos e das pessoas.

Mas isso não é suficiente, querem aprofundar seu poder ainda mais com a manipulação genética, para fazer plantações de árvores sob medida para seus negócios. As árvores transgênicas assomam de forma ameaçadora suas copas verdes desde os tubos de ensaio de poderosos laboratórios aparentados com universidades famosas e outras não tanto, e ligados a grupos empresariais interessados nas diferentes pontas do negócio: biotecnologia, indústria automotiva, indústria da celulose e papel, indústria energética, indústria química, a modo de exemplo. Pretendem fazer monoculturas de árvores transgênicas, e mesmo assim continuar dizendo que são florestas!

Nesse contexto, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) tem uma grande responsabilidade nas mãos: definir se a biodiversidade estará a serviço das empresas ou a serviço das pessoas.

A próxima COP9 deverá resolver vários assuntos pendentes, entre eles os agrocombustíveis, as árvores transgênicas e a diversidade florestal, que não ganharam consensos e assim os textos propostos estão repletos de colchetes (*). Parafraseando Helena Paul, da Econexus... a própria biodiversidade está entre colchetes.

Quanto às árvores transgênicas, a CDB deverá definir entre moratória, princípio de precaução ou nenhuma restrição. A proposta de moratória foi apresentada por alguns delegados junto à CDB em 2006, impulsionada por diversas organizações sociais. Nessa ocasião foi decidido que a CDB produziria um relatório sobre "os possíveis impactos ambientais, culturais e sócio- econômicos das árvores geneticamente modificadas", que foi apresentado em fevereiro na 13ª reunião do SBSTTA. Nele, apontava-se que muitos cientistas põem "ênfase em que deve ser aplicado o princípio de precaução ao ser considerado o uso de árvores geneticamente modificadas". Mas alguns países tentam debilitar essa salvaguarda, incentivando outra redação que fica entre colchetes.

Quanto aos agrocombustíveis, apesar das reconhecidas e contundentes evidências dos impactos ambientais e sociais negativos de sua produção em grande escala, a CDB navega em duas águas, reconhecendo os impactos negativos mas falando dos positivos, e não é categórica em relação a opor-se a sua expansão em grande escala.

Em termos gerais, resulta inquietante que a CDB abra suas portas para as empresas responsáveis por modelos produtivos, de comercialização e de consumo que causam tanta destruição e que hoje podem fazer parte das delegações nacionais na convenção.

Para defender e proteger a biodiversidade, a CDB deveria apoiar decididamente os sistemas de manejo comunitário das florestas e os sistemas agrícolas tradicionais, que com sucesso aproveitaram e conservaram a biodiversidade.

Tal como é reclamado na carta aberta junto à CDB aderida por inúmeras organizações sociais (http://www.wrm.org.uy/actores/CBD/Carta_abierta_CBD.html), isso exclui a expansão das monoculturas em grande escala e exige que:

- as monoculturas de árvores sejam excluídas da definição de florestas
- seja suprimido todo tipo de apoio político, técnico e financeiro às monoculturas para agrocombustíveis devido a seu impacto direto na biodiversidade e na soberania alimentar
- seja proibida a liberação de árvores transgênicas e o uso da tecnologia "terminator".

Só assim será possível pensar em uma biodiversidade para e com as pessoas.

(*) Os textos que não atingem o consenso permanecem entre colchetes para serem discutidos posteriormente.

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Equador: anistia visibiliza a criminalização injusta a defensores da natureza

A Assembléia Constituinte atualmente instalada, encarregada de discutir e elaborar a nova Constituição, concedeu no dia 14 de março de 2008 o recurso de Anistia a 357 cidadãos defensores dos direitos humanos, "criminalizados por suas ações de protesto e resistência em defesa de suas comunidades e da natureza", conforme um comunicado de imprensa oficial. Beneficia 357 cidadãos, maioritariamente líderes comunitários e camponeses, alguns deles indígenas, de várias comunidades de todo o país, ligados a processos comunitários contra a mineração, o petróleo, as hidrelétricas, a exploração madeireira, por defender a água e a qualidade ambiental, por defender terras comunais e direitos coletivos. O crime deles foi defender a vida, os direitos humanos, a natureza.

As organizações locais de direitos humanos, como a Comissão Ecumênica de Direitos Humanos (CEDHU), se esforçaram para coletar dados a respeito dos inúmeros casos de criminalização no Equador. Após um árduo trabalho, conseguiram elaborar um registro de mais de 100 casos, que representa um número bem maior de pessoas, pois muitas denúncias são coletivas e envolvem grupos, famílias ou comunidades inteiras. Mas as dimensões do problema são bem maiores, já que muitos dos casos permanecem anônimos, desconhecidos e passam despercebidos como casos de delinquência comum. "Celebramos este fato como um triunfo das causas coletivas sobre a pretensão de individualizar a luta sócio- ambiental, através do julgamento a líderes e moradores", diz o comunicado conjunto das organizações de direitos humanos emitido logo após tornar-se conhecida a Anistia.

Entre os Anistiados há muitos habitantes de Intag, um vale com uma riqueza única devido à floresta subtropical aí existente, que pertence à bio- região Chocó, uma das mais importantes em biodiversidade no mundo inteiro. Esta floresta única continua sob a proteção incondicional das comunidades, que são constantemente ameaçadas de extermínio por um megaprojeto mineiro transnacional. Neste contexto, muitos líderes foram denunciados, e foram envolvidos nos processos cerca de 100 camponeses da região. Nesses processos, que já foram realizados perante tribunais locais, foram absolvidos todos os acusados. No decorrer dos processos ficaram em evidência as estratégias inventadas pelas empresas, os falsos depoimentos das testemunhas e os procedimentos irregulares.

Com a Anistia, agora é possível ir além. Para as comunidades tem uma grande transcendência. O que se consegue é desculpabilizar os líderes comunitários e camponeses por sua participação em atos de resistência comunitária legítimos. De forma aberta e relevante, um organismo oficial está assumindo a existência da criminalização injusta aos defensores da natureza e dos direitos humanos, um fato que geralmente permanece completamente invisível junto à opinião pública.

Com a Anistia, desvenda-se boa parte das estratégias desonestas para silenciar as comunidades em resistência, aplicadas por algumas empresas com poderosos interesses econômicos nos recursos naturais e matérias- primas. Mesmo que pareça incrível, parte dessas estratégias consiste em julgar penalmente por crimes comuns tipificados no Código Penal pessoas que se interpõem no projeto empresarial extrativo da vez. Esses processos são "arranjados" com compra de testemunhas e, às vezes, com propinas aos funcionários. Não é de surpreender que os acusados acabem injustamente atrás das grades. Os crimes incluem sabotagem e terrorismo, rebelião e atentado a funcionários públicos, apologia do delito, associação ilícita, crimes contra a propriedade- como roubo- ou contra as pessoas- como o seqüestro-, etc. "Não é possível que sejam violados os direitos das comunidades, que seja lesado seu patrimônio natural, que sejam expulsos de suas terras sob a desculpa de obter rendas para o desenvolvimento social, do qual, logo de saída, já são excluídos", explica a CEDHU.

É por essas razões que esta grande vitória se torna um referencial e um antecedente de sucesso para outras comunidades em situação similar. Esses casos não são isolados na América Latina.

Com essa Anistia, o assédio sistemático a aqueles que se opõem aos projetos extrativos que destroem os recursos naturais, à destruição das florestas tropicais, ao assédio e violação dos direitos humanos, se torna um fato mais visível e conhecido junto a sociedade e a opinião pública nacional e internacional. A sociedade civil deve intervir e exigir que outros governos tomem providências similares com os criminalizados em seus países.

O significado desta Anistia transcende as fronteiras do Equador, estabelece um precedente importante para as lutas camponesas que são criminalizadas do mesmo modo em outros países. Muitas comunidades latino-americanas e integrantes de organizações sociais ou de direitos humanos têm sido ou são criminalizados por seus processos de luta e resistência legítimos, em defesa da vida e da natureza (para uma perspectiva da situação no mês de dezembro de 2007, vide o Boletim Nº125 do WRM, <http://www.wrm.org.uy/boletin/125/opinion.html#Criminalizados>). Este fato, relativamente desconhecido e sistematicamente silenciado, ganha relevância e sai à tona após esta Anistia concedida pela Assembléia Constituinte equatoriana.

As comunidades camponesas do Equador já celebram esta notícia esperançosa. A Anistia foi decorrente de uma decidida iniciativa das comunidades afetadas e das organizações de direitos humanos e ecologistas, que continuam vigiando para a verdade e a justiça prevalecerem. Parabéns a todos eles por essa nova vitória. A Anistia é um sinal de que com a luta, a transformação é possível.

Para informações específicas, visite a página web da Assembléia Constituinte equatoriana, e os comentários de seu presidente, Alberto Acosta: <http://asambleaconstituyente.gov.ec/boletines/amnistia-para-defensores-de-los-derechos-humanos-criminalizados-aprueba-asamblea.do>, http://asambleaconstituyente.gov.ec/blogs/alberto_acosta/2008/03/14/acosta-%e2%80%9cse-ha-hecho-justicia-con-los-perseguidos-politicos-por-defender-la-naturaleza%e2%80%9d/

Por Guadalupe Rodríguez, Salva la Selva, www.salvalaselva.org

[início](#)

- Gana: companhia de biocombustível norueguesa destruiu floresta local para estabelecer uma grande plantação de jatrofa

A Agricultura no Norte de Gana é responsável de mais de 90% da renda familiar e emprega mais de 70% da população na região. A maioria da produção agrícola é de pequenos proprietários em nível de subsistência, baseada em chuvas sazonais que são imprevisíveis e esporádicas. Durante a estação seca, a maioria da população está desocupada, o que faz com que as pessoas migrem para as partes mais prósperas do sul do país, onde são empregadas em trabalhos domésticos.

As comunidades rurais que estão desesperadas por renda são seduzidas por desenvolvedores que lhes prometem um "melhor futuro" sob a aparência de trabalhos com o argumento de que atualmente eles estão somente sobrevivendo com a terra improdutiva e que podem ganhar uma renda regular se entregarem a terra para desenvolvimento. Este argumento não aprecia a visão africana do significado da terra para a comunidade. Apesar de que a tentação inicial de deixar a terra para ganhar um salário é grande, pressagia um futuro ameaçador onde a soberania da comunidade, a identidade e seu sentido de comunidade se perde por causa da fragmentação que a comunidade vai sofrer.

A estratégia para a aquisição da terra às vezes assume o seguinte curso. As fantasias de uns poucos líderes influentes na comunidade são capturadas. Eles lhes falam sobre as perspectivas para a comunidade devido ao projeto e são influenciados com promessas de cargos na companhia ou com induções monetárias. A ideia é que essas pessoas façam o "trabalho de persuasão" necessário nos povoados onde promovem as oportunidades de

trabalho. Então se prepara um documento, essencialmente um contrato, para arrendar a terra à companhia. Em caso de problemas, o desenvolvedor pode pressionar fazendo cumprir o 'contrato' ou acordo. Quando a legalidade do processo não é adequadamente analisada, os desenvolvedores conseguem o que querem, mas sujeito a devida análise, surge que esses contratos não são legalmente obrigatórios já que não têm passado através dos corretos canais legais. Isso é o que aconteceu na área de Alipe.

Em novembro de 2007, uma equipe de RAINS (Regional Advisory and Information Network Systems) descobriu destruição massiva de cobertura vegetal em uma grande porção de terra perto de um povoado chamado Alipe dentro da bacia do rio White Volta, a aproximadamente 30 quilômetros de Tamale, a cidade capital da região Norte de Gana. Pesado maquinário agrícola estava sistematicamente derrubando árvores e dizimando a área poucos quilômetros ao sul do povoado. A terra tinha sido despojada de toda sua cobertura vegetal. Consultas revelaram que o local ia ser o começo de uma grande plantação de jatrofa desenvolvida por uma companhia de biocombustíveis norueguesa chamada BioFuel Africa –uma subsidiária da Bio Fuel Noruega.

Usando regulamentações nacionais, RAINS conseguiu fazer com que detivessem a destruição, mas não antes de que mais de 2600 hectares de terra tenham sido despojadas de sua cobertura vegetal natural. Apesar disso, a identidade da companhia responsável pelo desenvolvimento ainda não tinha sido divulgada. Eram descritos simplesmente como "alguns homens brancos". Nessa comunidade, como na maior parte de Gana, mais de 80 por cento da terra é tida sob propriedade comunal e mais de 70 por cento dessa terra é administrada por chefes governantes tradicionais, principalmente em representação dos membros de suas áreas tradicionais. O chefe foi muito categórico ao dizer que não tinha realizado uma outorga desse tipo e que também tinha estado lutando com essas "pessoas brancas" para detê-los, sem muito sucesso. Ele confirmou que colocou seu polegar em um documento em companhia do congressista da área, que tinha sido trazido a seu palácio pelas "pessoas brancas", mas não confirmou seu conteúdo. O chefe não tinha vontade no começo de ir contra os desejos de seu povo, já que seus esforços para deter os desenvolvedores estavam sendo interpretados pela comunidade como "afugentando oportunidades de ganhar uma renda durante a atual estação seca".

Depois da apresentação do caso à comunidade por RAINS e mais discussões, a comunidade percebeu que as promessas da BioFuel Africa eram realmente um embuste. A comunidade entendeu o impacto que um projeto desse tipo teria em suas vidas individualmente e na comunidade em geral e percebeu que a promessa de trabalho, prosperidade compartilhada e melhores meios de vida –o principal benefício da Companhia para a comunidade- não eram reais compromissos mas simplesmente artifícios de campanha. Mas, quanto tempo transcorrerá enquanto eles estão desocupados durante o resto do ano até que a chuva venha em abril?

As mulheres foram realmente mais reivindicadoras na sessão. Olhando de frente para um representante da BioFuel, uma mulher perguntou, "Olhem todas as árvores de carité que já têm cortado e considerem o fato de que as nozes que colho em um ano me dão tecido para o ano e também um pequeno capital. Eu posso investir minha pequena renda em um carneiro e às vezes, em um bom ano, eu posso comprar uma vaca. Agora vocês têm destruído as árvores e estão prometendo algo que não querem comprometer-se a fazer. Aonde querem que eu vá? Que querem que eu faça?"

Essa é a história da forma na que uma companhia de biocombustível norueguesa se aproveitou do sistema tradicional da África de propriedade comunal de terra e atual clima e pressão econômica para exigir e desmatar grandes porções de terra em Kusawgu, Norte de Gana, com a intenção de criar "a maior plantação de jatrofa no mundo".

Extraído de "Biofuel land grabbing in Northern Ghana", por Bakari Nyari, Vicepresidente de "Regional Advisory and Information Network Systems" (RAINS), Gana e membro do "African Biodiversity Network Steering Committee", http://www.wrm.org.uy/subjects/agrofuels/Biofuel_Northern_Ghana.pdf

(1) *Jatropha curcas*, é uma planta indígena da América Central. Suas sementes oleaginosas podem ser usadas para produzir biodiesel. A planta e particularmente as sementes, são tóxicas para os humanos e os animais.

início

- Indonésia: destruição de florestas pelas plantações de madeira para celulose e dendezeiros impede a mudança climática

Um estudo recente publicado pelo WWF (1) analisa o desmatamento e a degradação florestal na Província de Riau entre 1982 e 2007 e identifica seus principais promotores: as plantações industriais de madeira para celulose e de dendezeiros.

O estudo mostra que a mais rápida taxa de desmatamento na Indonésia está ocorrendo na província de Riau de Sumatra central, que costumava ter 78% de suas terras cobertas pela floresta. Nos passados 25 anos, aproximadamente 4,2 milhões de hectares (65%) de suas florestas tropicais e pântanos de turfa têm sido cortados para estabelecer plantações industriais.

Aproximadamente 30% da floresta de Riau tem sido derrubado para estabelecer plantações de dendezeiros. O recente aumento da demanda de azeite de dendê para alimentar o crescente mercado global dos agrocombustíveis está fomentando grande parte do corte de florestas.

As plantações industriais de madeira para celulose também entraram em cena. De acordo com o estudo: "Na década de 80 começou o boom da conversão das florestas que cobriu Riau com mais concessões de dendezeiros do que qualquer outra província na Indonésia. Durante a passada década a indústria do azeite de dendê testemunhou o surgimento de um sério concorrente em Riau: a indústria da pasta de celulose e do papel". A pressão sobre as florestas da Indonésia e de Riau vai aumentar enquanto os planos para estabelecer plantações de árvores se aceleram.

Como diz o relatório, a "velocidade e finalidade" da conversão das florestas para alimentar as sempre expansivas indústrias da pasta de celulose e do papel e do azeite de dendê não são igualadas "por nenhum outro tipo de desmatamento".

Apesar disso, o problema do desmatamento em Riau não é apenas sobre perda de biodiversidade. As emissões dos gases de efeito estufa causados por desmatamento, degradação de florestas e decomposição e queima de turfa na Indonésia têm gerado maior atenção.

Tanto as florestas quanto os solos de turfa são importantes depósitos de carbono na Terra no longo prazo ou até permanentes. De acordo com o estudo "Riau alberga vastas terras de turfa que estima-se que contém o maior depósito de carbono do sueste da Ásia bem como alguns dos ecossistemas mais biodiversos". A perda de solo pelo desmatamento tem resultado em emissões de Co2 globalmente significativas e a conhecida fumaça transfronteiriça no Estreito de Malacca.

"Depois de 2000, a conversão florestal começou a focalizar-se nas terras de turfa de Riau. Compridos e profundos canais dissecam todas as turfeiras de Riau, drenando o solo com canais de às vezes mais de um metro de profundidade até que os madeireiros, tanto legais quanto ilegais, podem entrar para cortar as árvores e extrair os troncos flutuando. A turfa diminui e o solo totalmente seco se transforma na fonte número um de incêndios de Riau. Os incêndios cobrem Sumatra central e a vizinha Cingapura e Malásia com fumaça durante semanas sem fim por muitos anos e aceleram a liberação de incontáveis toneladas de Co2."

Os incêndios de turfa, bem como a destruição de florestas despojam as pessoas de seus meios de vida e têm

aumentado a pobreza que é agora até quatro vezes mais séria nas terras de turfa indonésias do que em outras áreas de terras baixas do país. Os incêndios também têm levado a mais doenças com "aproximadamente 30% de todas as crianças pequenas em terras de turfa na Indonésia com doenças respiratórias e inibição do crescimento em decorrência da fumaça de turfa".

Estas constatações se acrescentam a outras que impelem uma mudança drástica nas políticas públicas para deter o presente modelo de produção, comércio e consumo que negligentemente destrói florestas e outras fontes de vida, muda irresponsavelmente nosso clima e está levando-nos criminalmente para a extinção.

(1) "Deforestation, Forest Degradation, Biodiversity Loss and CO2 Emissions in Riau, Sumatra, Indonesia", 2008, por WWF, Remote Sensing Solutions e Hokkaido University, http://assets.panda.org/downloads/riau_co2_report_wwf_id_27feb08_en_lr.pdf

[início](#)

- Peru: governo tenta privatizar a Amazônia para o estabelecimento de plantações de árvores

O governo de Alan García está promovendo o projeto de lei 840, conhecido também como "Lei da Selva". Trata-se de uma lei referida à promoção do investimento privado em reflorestamento e agroflorestamento, pela que as terras sem cobertura florestal da Amazônia peruana –chamadas erroneamente desmatadas e não cultivadas, isto é, sem direitos adquiridos sobre elas- poderiam ser alocadas em regime já não de concessão, mas de propriedade privada. Isso abriria a porta aos grandes capitais para estabelecerem plantações de árvores em grande escala, que é ao que costuma dar lugar o termo "ações de reflorestamento".

O argumento é que para incentivar o reflorestamento é necessário atrair o investimento privado e outorgar segurança aos investidores. Para isso não é suficiente outorgar-lhes uma concessão de 40 anos renováveis, como o estabelece a Lei Florestal em vigor, mas as terras são outorgadas "em propriedade", isto é, para sempre. De outro lado, quando o Estado entrega as terras em propriedade, já não poderá controlar ou exigir da mesma forma que com a concessão.

Existe uma forte resistência ao projeto, entre outras coisas, porque está contra o artigo 66 da Constituição, que estabelece o caráter público dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Também se denuncia que não existe um cadastro preliminar que delimite quantas são as áreas desmatadas nas que se pode investir e onde estão, e portanto a lei viraria um incentivo perverso para promover o desmatamento e arrasar a Amazônia.

De outro lado, em Loreto (como em Ucayali ou em Madre de Dios) não existem grandes áreas desmatadas livres ou não cultivadas, denuncia um artigo publicado por Servindi (1). Esclarece-se que "o modelo agrícola tradicional de derruba e queima empregado pelos camponeses e indígenas implica deixar descansar por 10 ou 20 anos as terras cansadas para que pousem e se recuperem os nutrientes do solo. A maioria dos alqueives [florestas secundárias em processo de regeneração] em Loreto tem dono, apesar de que não tenham título". Também acontece que "das aproximadamente 2.500 comunidades indígenas e camponesas que há em Loreto, menos de 500 possuem títulos e o resto carece de qualquer documento que certifique seus direitos de posse sobre chácaras, alqueives e florestas que usam e têm usado por centenas de anos para sua subsistência".

Em 17 de fevereiro se realizou a Primeira Cúpula Amazônica em Pichanaki, Junín, na que, entre outras coisas, se proclamou o direito das comunidades nativas às terras da Selva Central e da Amazônia e se rejeitou "a pretendida intenção do Governo de Alan García de colocar em leilão nossa Amazônia em favor de grandes capitais estrangeiros" (2).

A Segunda Cúpula Amazônica se realizou em 12 e 13 deste mês em Pucallpa, região Ucayali. Nesse momento se lançou a "Plataforma dos povos originários amazônicos perante o estado peruano e a comunidade internacional

perante o mundo unipolar" (3). Em seu plano de ação aparece exigir "o arquivamento definitivo do pacote legislativo que contém o Projeto de Lei da Selva" porque "a intenção desta proposta de Lei é desapossá-nos de nossos territórios e dos recursos naturais da Amazônia; portanto pedimos que seja levada em conta nossa própria iniciativa de desenvolvimento comunitário como povo e não ser discriminados para favorecer o grande capital".

Realizaram-se numerosas manifestações e greves na área da selva central rejeitando a lei 840. Em março deste ano, na página web de "Con nuestro Perú" informa-se que "Vários milhares de indígenas dos povos Shipibo, Konibo, Ashaninka, Yine e Cocama percorreram ontem as principais ruas da cidade de Pucallpa para pedir ao Estado peruano arquivar os projetos de Lei 840 e 2133 ou Lei da Selva. À marcha pacífica, considerada uma das maiores manifestações indígenas realizadas na região, somaram-se estudantes, profissionais e prefeitos indígenas"(4).

De acordo com relatórios de Servindi (5), o Grupo Romero está por trás da iniciativa governamental e conta com dez milhões de dólares para comprar dois milhões de hectares de terras na Amazônia uma vez que se aprove o projeto. Uma porção dos dois milhões de hectares se dedicaria à semeadura de plantações florestais para captura de carbono que, graças ao mecanismo habilitado pelo Protocolo de Kyoto, visa a ser comerciada na Bolsa de Nova Iorque. Também se beneficiariam as administradoras de fundos de pensões, alguns grupos de poder e altos funcionários do atual governo.

Tal como se pronunciou na Primeira Cúpula Amazônica, "Declaramos a Amazônia em emergência pelo perigo que ameaça nossos povos e chamamos a cada uma das Regiões da Amazônia para prevenir a consumação da violação de nossos direitos humanos e constitucionais, do direito à vida e meio ambiente, à biodiversidade de nossos recursos hídricos e energéticos".

Artigo baseado em informação fornecida por Alain. A. Salas Dávila, ONG INCODES, c.e. ongincodes@malko.com, www.malko.com/ongincodes; (1) "Ley de la Selva y Desarrollo Regional" (Lei da Selva e Desenvolvimento Regional), José Álvarez Alonso, Servindi, <http://www.servindi.org/archivo/2008/3346>; (2) Primeira Cúpula Amazônica, 16 e 17 de fevereiro de 2008, <http://www.wrm.org.uy/paises/Amazonia/Cumbre.pdf>; (3) Plataforma dos povos originários amazônicos perante o estado peruano e a comunidade internacional perante o mundo unipolar, http://www.wrm.org.uy/paises/Peru/Pueblos_Originarios_Amazonia.pdf; (4) Indígenas de Ucayali marcham contra Lei da Selva, 20 de março de 2008, http://www.connuestroperu.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1681&Itemid=32; (5) Perú: ¿Por qué es criticado el Proyecto 840, "Ley de la Selva"? (Peru: Por que é criticado o Projeto 840 "Lei da Selva"? janeiro de 2008, Servindi, <http://www.servindi.org/archivo/2008/3332>

[início](#)

- Biocombustíveis de segunda geração destruirão ecossistemas e agravarão a crise alimentar

O mundo está passando por uma séria crise alimentar devido aos altos preços dos alimentos básicos e por conflitos dela derivados que ameaçam a estabilidade política em muitos países do Terceiro Mundo. No final de março, os preços do arroz e do trigo se duplicaram se comparados com o ano anterior, e o preço do milho foi acima de um terço mais alto. De acordo com a FAO, as notas fiscais pelas importações de cereais dos países mais pobres do mundo irão aumentar em 56% em 2007/08, depois de terem sido incrementadas em 37% em 2006/07.

A escalada dos preços dos alimentos é o resultado de vários fatores, entre eles, a redução de fornecimentos devida à mudança dos agricultores que deixaram a cultura de alimentos voltando-se às culturas para biocombustíveis. Os países ricos têm promovido a produção de biocombustíveis a despeito dos sólidos argumentos que alertavam o desastre ecológico e social que iria se desencadear sobre a segurança alimentar no mundo e sobre os ambientes e modos de vida das comunidades locais.

Contudo, contrariando o bom senso e abrindo-se escancaradamente a uma nova oportunidade do mercado, os biocombustíveis de segunda geração que vêm sendo proclamados estarão baseados em grande medida na biomassa da madeira. Conforme Glenn Barry (1), "É um mito que as florestas ociosas e os resíduos agrícolas, bem como um excedente de terra para cultivar variadas pastagens e madeira existam para servirem como base de uma fonte de energia industrial. Isso também vale para a produção de etanol a partir de árvores. O etanol celulósico será o combustível do desmatamento final, equivalente a desmantelar e incendiar o lar para se manter aquecido."

O Dr. Barry explica que, "Como com os agrocombustíveis, a indústria do etanol celulósico destruirá indiretamente as florestas e levará a preços mais altos dos alimentos ao incrementar as pressões de terra sobre florestas naturais e terras agrícolas. Devemos esperar monoculturas de Frankentrees geneticamente modificadas sem vida, mais extensas, mais tóxicas e mais dependentes de água sobre terras roubadas e desmatadas com a decorrente perda de carbono. E os biocombustíveis serão vendidos para nós como um produto verde, talvez certificado como 'bem-manejado' pelo WWF, FSC, e outros vendedores de florestas".

A promoção de etanol celulósico resultará assim em mais desmatamento de ecossistemas terrestres: "Como se as florestas do mundo, as parcelas de terra, os ecossistemas e os habitats já não tivessem suficientes exigências sobre eles, tentaremos usá-los para movimentar sete bilhões de consumidores em seu impulso de possuir tudo. Pensamos nisso como uma apreciação dura e desnecessária? Nomeie uma vez em que o sistema econômico mundial tenha demonstrado auto- controle para compatibilizar o crescimento com os recursos subjacentes." Barry alerta que, "O sistema da Terra está perigosamente prestes a quebrar e não pode suportar mais soluções ambientais baseadas em maior uso de recursos do que atualmente, muito menos o incremento do consumo e da população humana. Há uma quantidade finita de energia que pode ser apanhada, e de resíduos que podem ser produzidos até a biosfera global se tornar inabitável. E nós estamos atingindo ou já ultrapassamos esse ponto."

"É imperativo adotarmos uma agenda ambiental com base no que realmente for necessário para manter e restaurar os sistemas ecológicos dos quais depende todo tipo de vida. É tarde demais para colocar nossos esforços em outra coisa a não ser em um pacote de mudanças pessoais e sociais necessárias para manter a biosfera. Não há outras soluções que valham a pena nesse momento a não ser aquelas que forem suficientes ecologicamente. Menos do que isso é mais da mesma doença é, certamente, ser destruidor", conclui Glenn Barry.

(1) "Burning Forests to Feed Cars. The Ecological Madness of Biofuels, Take Two", Glenn Barry, 15 de março de 2008, Ecological Internet, Earth Meanders, GlenBarry@EcologicalInternet.org, <http://earthmeanders.blogspot.com/>; enviado por: "Rachel Smolker", rsmolker@uvm.edu

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- O Brasil da Stora Enso: violência contra as mulheres e legislação à sua medida

No Brasil há dois modelos em pugna: o das grandes monoculturas (desde eucaliptos até cana de açúcar, passando pela soja e o arroz), em terras concentradas em umas poucas grandes empresas e o das comunidades de camponeses, indígenas e sem terra, que constroem espaços produtivos coletivos e diversos e exigem a historicamente prometida reforma agrária.

No quadro da semana do Dia Internacional da Mulher e como forma de fortalecer o dia 8 de março como o dia de luta das mulheres camponesas contra o agronegócio e pela soberania alimentar do povo brasileiro, 900 mulheres membros da Via Campesina do Rio Grande do Sul – Brasil, ocuparam 2100 hectares com monoculturas de eucaliptos da transnacional sueco-finlandesa Stora Enso –a fazenda Tarumã, localizada no município de Rosário do Sul (Estado do Rio Grande do Sul), dentro da área de fronteira com o Uruguai. O fato de que a Stora Enso seja

proprietária dessas terras supõe uma violação das disposições legais que proíbem a aquisição de terras por estrangeiros em áreas de fronteira localizadas em uma faixa de 150 quilômetros do país limítrofe. A Stora Enso tem tentado eludir a regulamentação comprando as terras através de uma empresa "fictícia", a agropecuária Azenglever, cujos donos são dois importantes funcionários da empresa.(1)

A ocupação dessa fazenda pelas mulheres da Via Campesina tinha vários objetivos:

- reivindicar a expropriação dessas terras, adquiridas ilegalmente pela Stora Enso para a reforma agrária,
- reivindicar que sejam retirados do Senado e da Câmara Federal os projetos que propõem uma redução da faixa de fronteira, já que isso somente provocaria uma maior concentração de terra para benefício das empresas estrangeiras, enquanto que suporia uma ameaça para os ecossistemas e a soberania do Brasil, maior destruição ambiental e mais pobreza para o povo,
- denunciar os impactos das monoculturas de eucalipto –esgotamento de fontes de água, eliminação de flora e animais por agrotóxicos aplicados às plantações que acabam afetando a agricultura camponesa, como bem pode evidenciar a população rural do município de Encruzilhada do Sul, onde a Aracruz Celulose tem um enorme deserto verde.(2)

A ação contra a Stora Enso teve uma rápida resposta repressiva. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul fez uso de uma extrema violência contra as 900 mulheres e os 250 meninos e meninas que ocuparam as plantações da Stora Enso, os que depois mostraram em seus corpos vestígios de projetis de borracha, fragmentos de bombas, pegadas de cavalos, entre outras atrocidades.

A rapidez da reação do governo do Rio Grande em apoio à Stora Enso poderia explicar-se pelo fato de que a campanha eleitoral da atual governadora foi em parte financiada (conforme dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral), pelas empresas da celulose Aracruz, Votorantim e ... Stora Enso.

Mas, no meio de tanta violência, o que predominou foi a solidariedade: a população de Santana do Livramento se mobilizou para garantir alimentos e atendimento médico, os advogados contribuíram voluntariamente para evitar ainda mais truculência, alguns poucos parlamentares fizeram pressão nos governos federal e estadual cobrando medidas contra a Stora Enso e a punição dos responsáveis pelas violências contra as mulheres, houve pessoas de todas as partes do mundo que enviaram manifestações de solidariedade, que se indignaram com a violência e apoiaram a luta das mulheres.

Como resposta à violência, as mulheres redobram seu compromisso, sentindo que por cada mulher que sofre violência, aparecem dez mais dispostas a resistir os planos de morte que levam diante empresas como a Aracruz, a Stora Enso (através de sua empresa Derflin) e a Votorantim, além da plantadora Granflor, as que planejam plantar 400.000 hectares de monoculturas de árvores nos próximos 10 anos no Rio Grande do Sul.

Ao contrário do que aconteceu com as mulheres camponesas, as empresas não tiveram que enfrentar qualquer repressão para atingir seus objetivos. Suas pressões tiveram como resultado que em 9 de abril, 19 de um total de 29 membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) do Rio Grande do Sul, votaram e aprovaram o questionado Ordenamento Ambiental de Silvicultura, em elaboração há quase três anos. O plano original estabelecia limites no Estado para a plantação de árvores exóticas – como eucaliptos, pinus e acácias. Ao longo de 2006 deixaram de outorgar-se licenças e outorgaram-se apenas autorizações temporárias. Em 2007, as indústrias da celulose começaram a pressionar por considerarem que a situação lesava seus negócios, alegando que o governo incentivava os projetos mas dificultava o avanço dos investimentos não autorizando a plantação de árvores. O resultado? Retiraram-se as percentagens máximas de superfície de plantação autorizadas (3). A decisão "comprometerá de 500 mil a um milhão de hectares de nossos campos nativos em uma geração. Quando isso aconteça, os atuais gestores da coisa pública já estarão mortos e não poderão ser questionados nem responsabilizados" disse Celso Marques, membro do Conselho Superior da Associação Gaúcha de Proteção ao

Ambiente Natural (Agapan).

E acrescentou: "Os meios de que o governo do estado vem se valendo para impor os interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras do ramo madeira-celulose-papel formam um rosário de irregularidades legais e administrativas. Elas vão desde uma verdadeira intervenção governamental no órgão ambiental do estado, a Fepam, mudando sucessivamente sua direção; impondo um regime de terror com ameaças aos funcionários e perseguições efetivas aos técnicos que, a bem do serviço público, discordaram das imposições políticas do governo na normatização do setor; até a culminância das irregularidades e atropelos à legislação e à ética que foi o encaminhamento da aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, no Conselho Estadual do Meio Ambiente".
(4)

Dois modelos se enfrentam e excluem: de um lado, o Brasil do lucro, as transnacionais, a concentração que arremete com as monoculturas do agronegócio e conta para isso com o apoio do poder e da violência. Pelo outro, o Brasil das mulheres, os camponeses, os indígenas, que se defende com a solidariedade, a convicção e a coragem. A esse último rendemos nossa homenagem.

(1) Manifesto das Mulheres da Via Campesina, Março 2008,
http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Manifesto_Mulheres_Via_Campesina.html

(2) Carta de Mulheres da Via Campesina do RS,
http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Manifesto_Mulheres_Via_Campesina.html

(3) "Zoneamento para plantio de florestas é aprovado", 9 de abril de 2008, Zero Hora,
<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a1823196.xml>

(4) "Perda total do Estado de Direito", 13 de abril de 2008, RS Urgente!, <http://www.rsurgente.net/2008/04/perda-total-do-estado-de-direito.html>

início

- Colômbia: greve de trabalhadores nas plantações de dendê em Wilches

No município do Puerto Wilches, dentro da Zona Central definida pelo "Plano Agrícola para a Implementação do Programa de Biodiesel", é desenvolvida uma grande parte da agricultura de Santander, onde, conforme o documento do plano mencionado, os dendezeiros abrangem cerca de 21 mil hectares semeados, que correspondem a 91,7% da produção do departamento.

Nesse município, as plantações de dendê irromperam destruindo zonas úmidas e florestas úmidas tropicais, após grandes fazendeiros conseguirem adquirir a posse das terras. A destruição desses ecossistemas, conforme é reconhecido pelo próprio Plano Agrícola, "teve influência direta na desaparecimento de variedades de flora e fauna, na diminuição do recurso hídrico que modifica a estrutura e composição dos solos".

O aumento da superfície semeada com dendezeiros, a esse custo tão alto, não tem trazido qualquer benefício para a população local, como é indicado pelos resultados do Recenseamento de 2005, conforme o qual a área rural do Norte de Santander registra níveis de desenvolvimento sócio- econômicos baixos, refletidos no índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas de 45,4%- que ao incluir a área urbana desce para 21,9% em todo o departamento (1).

Em dezembro de 2002 denunciávamos, na voz do delegado da organização de trabalhadores do setor dendezeiro do departamento de Santander, as más condições de trabalho nas plantações de dendezeiro da região (vide Boletim Nº65 do WRM).

São cerca de cinco mil os assalariados do dendê que trabalham na região, dos quais apenas 610 são trabalhadores

diretos. O restante pertence a cooperativas de trabalho associado, que pagam em média um salário mensal inferior a 120 dólares, cifra bem por baixo do mínimo legal. Os trabalhadores cooperados têm jornadas de até dezesseis horas diárias, devem ter suas próprias ferramentas de trabalho e outros equipamentos e pagar vultuosas multas se recolherem frutos verdes ou muito maduros. Não têm os direitos primários reconhecidos, por exemplo, pensão, assistência sanitária e subsídio familiar. A dramática situação revive a padecida pelos operários colombianos no momento em que começou o capitalismo no país durante as primeiras décadas do século XX. (2)

No dia 30 de janeiro, 350 trabalhadores da plantação de dendezeiros Monterrey, em Puerto Wilches, iniciaram uma greve que rapidamente se espalhou ao restante das plantações, chegando a ser de mais de 2.500 de trabalhadores em greve contra as empresas Monterrey, Bucarelia, Brisas, Agropalma e Agrícola del Norte, que reclamavam contrato individual de trabalho, aumento salarial, pagamento de transporte e alimentação, fornecimento de roupas e ferramentas e a eliminação das punições econômicas pela qualidade do fruto colhido.

Os (as) trabalhadores (as) da indústria do dendê e os moradores (as) de Puerto Wilches reclamam que o governo colombiano assuma sua responsabilidade pela proteção e melhoras salariais dos trabalhadores (as) que, como eles afirmam "são, em última instância, aqueles que geram a riqueza do país".

Em apoio aos trabalhadores, os moradores de Puerto Wilches, reunidos em assembléia popular, decidiram a realização de uma greve cívica que foi concretizada nos dias 14 e 15 de fevereiro, e de uma concentração posterior, no dia 18- ações que foram violentamente reprimidas pela força pública, conforme denúncia da Central Unitária de Trabalhadores de Colômbia (3).

"As organizações sociais e sindicais da região têm apontado que as plantações de dendezeiro colocam em risco a segurança alimentar, pois as culturas em grandes extensões empobrecem os solos e são incompatíveis com outro tipo de vegetação. Os moradores pagam um alto custo com essas culturas que deixam pouca riqueza para o município.

O levantamento surge quando a qualidade de vida dos trabalhadores é paupérrima por conta da escassa segurança industrial. Em 2007 um trabalhador morreu, ao que parece por químicos de uso agrícola que são manuseados sem a devida proteção. As condições trabalhistas se estabelecem com cooperativas de trabalho associado que subcontratam e servem de intermediárias junto aos grandes empresários. A figura da "terceirização" é o instrumento criado pelo governo para favorecer os empreiteiros pois permite que eles eludam suas responsabilidades ao negar a segurança social e de prestações dos trabalhadores", manifesta-se no Espaço de trabalhadores e trabalhadoras (<http://colombia.indymedia.org/news/2008/02/80323.php>),

A CUT acusa o governo por promover a terceirização do trabalho e incentivar a legalização das cooperativas de trabalho associado, as agências de empregos temporários e toda forma sem vínculo empregatício que leve a abortar a mão-de-obra e a desconhecer os direitos básicos dos trabalhadores. Esse modelo de contratação, como proclama um comunicado da CUT de 21 de fevereiro (4), "se espalha por todo nosso território semeando miséria e levando a aprofundar ainda mais as difíceis condições sociais e econômicas da população".

Ao enfrentar o amedrontamento a líderes sindicais e a repressão das manifestações com gases lacrimogêneos que afetaram até crianças e mulheres grávidas, o levantamento de Puerto Wilches é um marco na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do dendê.

(1) Censo Geral 2005, Necessidades Básicas Insatisfeitas, Departamento Administrativo Nacional de Estatística, http://www.dane.gov.co/files/censo2005/nbi_censo2005.pdf

(2) Envio do Escritório de Senador Jorge Enrique Robledo, do Polo Democrático Alternativo, divulgado por Carlos A. Vicente, Responsável pelas informações para América Latina, GRAIN, correio eletrônico: carlos@grain.org

(3) Greve de trabalhadores de CTA em Puerto Wilches, CUT,

http://www.cut.org.co/index.php?option=com_content&task=view&id=955&Itemid=456

(4) Comunicado da Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia -CUT-, 21 de fevereiro de 2008,

http://www.abpnoticias.com/boletin_temporal/contenido/comunicados/359.html

início

- Equador: impactos sociais e ambientais do dendezeiro

A empresa Palmeras del Ecuador estabeleceu-se na Amazônia equatoriana, na Província de Sucumbios, Cantão Shushufindi, no final da década de 70.

O então Instituto da Reforma Agrária e Colonização (IERAC) concedeu à empresa uma extensão territorial de 10.000 hectares considerados "terras baldias", ignorando deliberadamente que eram terras ancestrais de povos e nações indígenas Siona e Secoya, e quase provocando seu extermínio com a ocupação dos territórios.

O método usado pela empresa para instalar suas plantações de dendezeiros foi o desmatamento total da floresta virgem, a construção de drenagens para secar os pântanos, e a utilização de herbicidas para matar as ervas daninhas. Como resultado, a floresta tropical da área foi destruída por inteiro. De acordo com depoimentos locais "os senhores do dendê pegaram as melhores terras e os camponeses pegaram as terras que sobraram".

Nas plantações da empresa trabalham tanto pessoas da comunidade quanto pessoal que chega de fora. Entre @s trabalhador@s há duas situações: aqueles que trabalham com contrato assinado e aqueles que não têm contrato. No primeiro caso, el@s têm plano de saúde, segurança social e as garantias legais, mas aqueles que trabalham sem contrato não estão protegidos pela lei.

As mulheres que trabalham nas plantações devem fazer o mesmo serviço que os homens. Cada pessoa- homem ou mulher- está encarregada de um determinado número de lotes e o trabalho realizado é medido por: 1) número de árvores podadas, 2) quantidade de cachos cortados e carregados, 3) coleta e limpeza das sementes que estão no solo, 4) a "chapia", que consiste em cortar a floresta em todo o lote e deixar o solo limpo.

Uma mulher local relata: "não temos proteção ... em casos de gravidez, não temos nenhum benefício de lei; as trabalhadoras de escritório têm esse direito, mas as mulheres que trabalhamos no campo não temos".

A fumigação é uma atividade que realizam tanto homens quanto mulheres, com mochilas de 12 litros de capacidade carregadas nas costas. Frequentemente, após fumigarem, os trabalhadores voltam para casa com enjoos, com dores no corpo e com náuseas, por causa dos produtos químicos que são usados nas fumigações. Uma mulher relata que seu filho "andava fumigando e começou a ter manchas em todo o corpo, a pele arroxeadada e com grãos, o corpo ficou feio, não queria nem levantar-se e aí foi levado pelo pessoal da empresa, colocaram soro nele, tiveram ele todo o dia e voltou um pouco melhor. Depois disso, começou a ter medo e já foi embora para Santo Domingo".

Além de as mulheres trabalhadoras sofrerem os mesmos problemas que os homens, também sofrem impactos quando não trabalham. Uma mulher explica esta situação dizendo: "Para nós, as mulheres, o atendimento da família, dos filhos e maridos que trabalham na empresa é uma preocupação. Quando eles vêm doentes temos que gastar muito dinheiro em remédios para eles sararem. Nos dias em que estão doentes, eles não vão trabalhar e então não recebem salário. Nós temos que deixar de fazer nossas atividades cotidianas e por isso também deixamos de ganhar nosso sustento. É uma ganstança".

Um problema especial é o da poluição hídrica. Se bem o centro povoado tem a água encanada proveniente do poço, para lavar a roupa e para as atividades de recreação como tomar banho e as brincadeiras das crianças, as pessoas usavam o rio Raya, que hoje é chamado de "rio sujo" já que estando no meio da plantação de dendezeiros está

completamente poluído. Quando as pessoas tomam banho nesse rio saem com comichão no corpo todo. Foi possível observar que na plantação são feitas muitas drenagens e a água escoada finalmente acaba no rio. Tanto os produtos fumigados como a lavagem das bombas vão parar nos esteiros cujas águas chegam eventualmente ao rio. Quem não sabe disso e bebe a água dos esteiros ou da drenagem sofre diarreia e vômitos.

Um outro problema particular, que afeta tanto a saúde quanto a economia dos moradores locais é a chamada mosca do estábulo. Essa praga é originada com a prática da empresa Palmeras Del Ecuador de fertilizar os solos com os detritos dos cachos de dendê, chamados de "tusa", que são colocados ao redor de cada planta de dendê. A comunidade denuncia que a mosca se reproduz nos lugares onde é colocada a "tusa". Eles dizem que "é uma mosca brava que pica todos os animais, as vacas, os cavalos, até os porcos; também pica as pessoas e as picadas destas moscas são fortes".

O problema é grave: "A quantidade de moscas é tanta que as cabeças dos animais ficam pretas por tantas moscas. Quando as moscas picam os animais, eles tentam fugir e vão para o monte; aí devemos procurar em todo o monte até encontrá-los. Com o ataque das moscas o gado não pode comer tranquilo. Durante o dia o gado não come e sai para alimentar-se de noite a fim de não ser incomodado pelas moscas".

Ao aplicar a "tusa" ao redor dos dendezeiros e provocar a proliferação da mosca, a economia camponesa fica gravemente afetada porque o gado- fonte importante de sustento dos camponeses- quando atacado pelas moscas não se alimenta bem, emagrece, não produz leite e em alguns casos morre. Por outra parte, os animais fogem das áreas com maior concentração da mosca e se afastam das propriedades dos camponeses, e assim eles devem dedicar muito tempo para recuperar os animais, descuidando outras atividades no sítio.

O que a empresa chama de "mosca do estábulo" e muitas pessoas locais denominam "mosca brava" produz também problemas na saúde, e as mais atingidas são as crianças que sofrem de febre, dor de cabeça, irritação cutânea.

Apesar das pressões, a empresa continua com a prática de fertilizar com "tusa" e, o fato de isso coincidir com a pressão que a empresa está exercendo nos camponeses para eles venderem suas propriedades faz supor que a aplicação da "tusa" é também uma medida para forçar as vendas. Resulta interessante mencionar um depoimento que afirma "aqui no centro povoado a mosca não atacou com grande força, porque a empresa não coloca os detritos nos arredores". Mas, onde coloca as "tusas" é onde "estão as terras com o gado e aí é onde incomoda".

Por Ivonne Ramos, Ação Ecológica, cbosques@accionecologica.org

[início](#)

- **Malásia: sérios efeitos dos pesticidas na saúde dos trabalhadores das plantações de dendezeiros**

Os pesticidas impactam negativamente na saúde e na vida de milhões de usuários de pesticidas agrícolas, em suas comunidades e nos consumidores do mundo todo- e também causam graves danos na biodiversidade e o meio ambiente. Os pesticidas usados nas plantações de dendezeiros têm impactos adversos na saúde humana e no ambiente. Os trabalhadores agrícolas das plantações de dendezeiros estão muito expostos aos pesticidas e sofrem uma gama de efeitos perigosos, agudos e crônicos em sua saúde, apesar de muitos ignorarem as causas.

A organização Tenaganita e a PAN AP têm desenvolvido inúmeras pesquisas nas plantações de dendezeiros da Malásia durante os últimos anos, que revelaram condições de trabalho horrendas. Por exemplo, os trabalhadores borrifam os pesticidas sem conhecerem seu perigo, sem terem recebido roupas protetoras; e até há casos em que as etiquetas das garrafas de pesticidas são removidas antes de serem entregues aos trabalhadores e assim eles não podem identificar o pesticida usado.

Os trabalhadores reclamam que nos casos de envenenamento por pesticida são tratados de forma insensível pelo pessoal médico que prescreve freqüentemente paracetamol para as dores e cremes para a pele quando há irritação cutânea. Os trabalhadores das plantações de dendezeiros são relutantes a informar o envenenamento com pesticida por medo de perda do trabalho ou de retaliação, ou porque não podem arcar com os custos médicos nem perder dias de serviço. Os impactos dos pesticidas comprometem a capacidade de trabalho das pessoas, a forma de ganhar-se a vida e de conduzir as funções da comunidade e do seu sustento.

Os impactos crônicos de longo prazo (inclusive danos e doenças sistêmicas, câncer, problemas de saúde reprodutiva e distúrbios hormonais) ameaçam seriamente a sobrevivência das comunidades rurais no longo prazo. O distúrbio endócrino pode afetar particularmente os fetos – provocando distúrbios de crescimento e de formação, causando deficiências sistêmicas e funcionais como baixos níveis de QI, suscetibilidade a doenças, problemas de comportamento, e efeitos na fertilidade futura. Esses impactos nas crianças ameaçam seriamente o futuro das comunidades e podem atolar as comunidades em maior desintegração social e econômica, maior pobreza e sofrimento.

As mulheres são especialmente suscetíveis devido a suas características fisiológicas e as circunstâncias econômicas e sócio- culturais já que geralmente são as mais desprovidas dentro da população pobre. Os impactos na saúde feminina (e nos filhos) são críticos já que as mulheres borrifam pesticidas que são potencialmente tóxicos para o feto. As mulheres podem estar expostas mesmo se elas não aplicam diretamente os pesticidas, e ainda têm menores probabilidades de receber treinamento para reduzir os riscos. É o caso do glufosinato de amônio que contamina a água subterrânea e que é tóxico para os seres humanos já que é carcinógeno, e afeta o sistema nervoso, a reprodução e o desenvolvimento.

Alguns pesticidas usados nas plantações de dendezeiros podem provocar doenças crônicas e até a morte- é o caso do endosulfan, um inseticida químico que provoca distúrbios endócrinos e que age principalmente no sistema nervoso interferindo com os mecanismos hormonais mesmo em baixíssimas concentrações; o 2,4- D dimetilamina e o diuron, que são potenciais cancerígenos; o glifosato, o cipermetrin, o carbofuran e o maneb, que podem provocar distúrbios endócrinos.

O paraquat é um pesticida altamente perigoso que é conhecido por causar o maior número de envenenamentos de trabalhadores agrícolas nas plantações de dendezeiros na Malásia. O governo malaio anunciou uma proibição do paraquat, mas a proibição não foi implementada devido às pressões da indústria. Os sintomas do envenenamento por paraquat são hemorragias nasais, lacrimejamento dos olhos, dermatite por contato, irritações e feridas cutâneas, descoloração de unhas, desprendimento de unhas e úlceras abdominais. Os danos do pulmão, por exemplo, podem não ser evidenciados até vários dias após a absorção. Não há nenhum antídoto contra o envenenamento por paraquat. O resultado pode ser fatal e nesses casos a morte é decorrente de insuficiência respiratória. Em 1994, o governo danês tinha imposto proibições e severas restrições para 7 pesticidas- incluindo o paraquat- considerado uma ameaça à saúde, ao ambiente ou a ambos. A decisão danesa de proibir o paraquat, promulgada em 1995, foi baseada na persistência e toxicidade do pesticida em organismos não visados.

Apesar disso tudo, como o escritório regional da Pesticide Action Network for Asia and the Pacific (PAN AP) já tem manifestado, “na Malásia os lucros das indústrias passam por cima de qualquer consideração sobre a saúde das pessoas.”

Por Sarojeni V. Rengam, PAN Asia and the Pacific, e- mail: sarojeni.rengam@panap.net e panap@panap.net, www.panap.net

[início](#)

- (Des)Compensando a democracia

O comércio e as compensações de carbono desviam a atenção das mudanças sistêmicas mais abrangentes e das ações políticas coletivas que devem ser adotadas na transição para uma economia de baixo carbono (LCE). A promoção de formas de abordar a mudança climática mais efetivas e empoderadoras implica deixar de lado o reducionismo tacanho do dogma do livre mercado, a falsa economia das supostas recuperações rápidas, os próprios interesses no curto prazo dos grandes negócios.

O conceito que serve de base para todo o sistema de comércio e compensações de carbono é que uma tonelada de carbono aqui é exatamente igual a uma tonelada de carbono lá. Ou seja, se é mais barato reduzir as emissões na Índia do que no Reino Unido, então é possível conseguir o mesmo benefício para o clima de uma forma mais efetiva em termos de custos ao promover a redução na Índia.

No entanto, a sedutora simplicidade desse conceito está baseada no desmoronamento de um conjunto de considerações importantes, tais como direitos territoriais, desigualdades Norte-Sul, lutas locais, poder corporativo e história colonial, e tudo se reduz a uma simples questão de custo-benefício. Os mecanismos do comércio e compensação das emissões representam uma abordagem reducionista da mudança climática que refuta variáveis complexas em favor da relação custo-benefício.

É assim que quando a Fundação holandesa FACE planta árvores no parque nacional de Kibale na Uganda para compensar os vôos dos consumidores, ignora o fato de essas terras terem sido palco de deslocamentos violentos no passado recente e que ainda são ardentemente contestados pelas comunidades que habitavam nelas. Quando as empresas compram créditos de carbono do programa de Comércio de Emissões da União Européia, a única coisa que realmente importa é o baixo custo das supostas reduções de emissões. No entanto, toda compensação nos países do Sul para justificar as emissões dos países do Norte contorna completamente o problema da extrema disparidade nos níveis de consumo de carbono per capita, e assume que as reduções de emissões no Sul podem ser tratadas como mais uma mercadoria da colônia que pode ser extraída e comercializada.

Mesmo dentro da lógica do mercado obcecada nos custos, o uso do comércio e da compensação de carbono vai de encontro ao senso comum. O propósito do sistema é providenciar oportunidades para as empresas do Norte adiarem a custosa transição a tecnologias de baixas emissões de carbono. Isso é realmente 'eficaz em custos' no curto prazo, já que é mais fácil e mais barato comprar créditos de carbono do que empreender a complicada operação de promover tais mudanças. Mas os estudos têm demonstrado uma e outra vez que quanto mais essas mudanças forem adiadas, mais caro e difícil será, em termos de capturar a sociedade na rede da dependência dos combustíveis fósseis, e inclusive será mais custosa a adaptação aos impactos exacerbados da mudança climática.

Já existe certa documentação sobre a forma em que a compensação pode ser usada pelos países para evitarem assumir suas responsabilidades conforme os objetivos de Kioto, e sobre a forma em que fundamentalmente companhias insustentáveis como a Land Rover, BP e BA podem usar as compensações na tentativa de obterem uma legitimidade ambiental imerecida. O que resulta mais perturbador são as novas formas em que as compensações vêm sendo aplicadas com criatividade pelo setor corporativo em vistas de favorecer seus programas.

Agora, a corrosiva influência da ilogicidade das compensações não está apenas restrita ao âmbito da mudança climática e das emissões de carbono. A Coca Cola tem sido o assunto de campanhas sustentadas por grupos de justiça social em todo o mundo, mas suas práticas empresariais na Índia têm recebido particular atenção. Em 2003, o Centro para a Ciência e o Ambiente, com base em Delhi, emitiu um relatório sobre testes laboratoriais que indicavam níveis de pesticidas e inseticidas entre onze e dezessete vezes maiores que o máximo estabelecido pela União Européia para a água potável, em vários refrigerantes que estavam sendo vendidos pela Coca Cola na Índia. O Centro de Recursos da Índia com base nos EUA tem feito inúmeras alegações contra a companhia, afirmando que

provoca uma importante escassez de água para as comunidades locais, e que a planta engarrafadora polui o solo e a água subterrânea circundante. Em março de 2004, funcionários públicos de Kerala, um estado no sul da Índia, fecharam uma planta engarrafadora da Coca-Cola devido às reclamações feitas pelas comunidades locais e ativistas de a companhia ter secado e poluído as existências de água no local.

Em agosto de 2007, enquanto bebericava uma lata de Coca light na frente do logótipo do panda do Fundo Mundial de Vida Silvestre (WWF), o diretor executivo da Coca Cola, Neville Isdell anunciou uma parceria de 20 milhões de dólares com o WWF com o objetivo de "repor cada gota de água que nós usamos em nossas bebidas e em sua produção." Além disso, para reduzir e reciclar a água que está sendo usada, o terceiro componente do pacote foi o reabastecimento. Esse reabastecimento não iria ocorrer nos locais onde a água tinha sido esgotada, mas através de uma série de projetos que ocorreriam em outras partes do mundo- de fato, trata-se de compensações de água.

Essa quantia de 20 milhões de dólares (que representa menos de 1% do enorme orçamento publicitário anual de 2,4 bilhões de dólares da Coca Cola) vem sendo usada para frustrar a enorme quantidade de propaganda negativa que a Coca Cola tem recebido devido a suas práticas de esgotar e poluir a água em países como a Índia. A companhia tem desenvolvido uma vigorosa campanha de negação de responsabilidade por qualquer um dos impactos devastadores que essas comunidades têm sofrido; por isso, ao usar compensações de água, pode agir como o cara bom da corporação em outras partes do mundo sem ter sequer que reconhecer o dano que tem causado em outros lugares.

O potencial das compensações de água não está limitado a apenas atos individuais para dar um verniz ecologista à companhia. Alguns comentaristas, como John Regan, um fornecedor de créditos de carbono da iniciativa Chicago Climate Exchange considera o programa de compensação de água da Coca Cola como "um sinal encorajador de uma necessidade por um programa de comercialização de créditos de água." A idéia é que se uma companhia não controlou a poluição da água em forma suficiente, pode comprar créditos de outra companhia que tenha controlado sua poluição da água além de seus objetivos.

Como o comércio de carbono, esse tipo de programas providenciaria amplas oportunidades para procedimentos obscuros de contabilidade e a confusão da atividade comercial para dar a impressão de atividade e mascarar o fato de que pouca coisa acontece na realidade para tratar a problemática fundamental da degradação ambiental e da injustiça social.

Muitos outros programas para mercantilizar e comercializar os problemas ambientais têm sido propostos ou estão em desenvolvimento, inclusive a comercialização de aterros sanitários, a comercialização de espécies ameaçadas e os bancos de zonas úmidas. A ironia é que se trata da perpétua expansão das economias de mercado que têm criado tal pressão sobre os recursos naturais e ameaçado todo tipo de ecossistemas ao aumentar os níveis de poluição industrial. Agora, as mesmas forças do mercado vêm se posicionando como a panacéia para nossos múltiplos males ambientais. Esses programas de mercantilização pouco têm a ver com o interesse público- trata-se de oportunidades de negócios para capitalizar as transações dos novos mercados. O que é proclamado como uma solução mais barata para a indústria a fim de satisfazer os padrões ambientais transforma uma questão política e social em uma questão de mercado. E assim compensa a democracia.

Se nós queremos lutar oportunamente com o problema da mudança climática, devemos desenvolver e solicitar uma análise sistêmica que vá além da fixação com os custos ou até com o dióxido de carbono, e promover sinergias com outras lutas importantes nas áreas do comércio, finanças, direitos humanos, biodiversidade, justiça ambiental e democracia.

Por Kevin Smith, Carbon Trade Watch/Transnational Institute (publicado previamente na revista Resurgence de março- abril de 2008), e-mail: kevin@carbontradewatch.org, enviado pelo autor.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

